Observatório Alagoano de Políticas Públicas para o Enfrentamento da Covid-19[1]

Avaliação da Covid-19 em Alagoas após a 26ª Semana Epidemiológica

Esta análise foi realizada à luz dos critérios estabelecidos pelo Subcomitê de Epidemiologia ligado ao Comitê Científico do Consórcio Nordeste[2] para orientar as autoridades nas tomadas de decisão relacionadas a flexibilização das medidas de isolamento social adotadas para o enfrentamento da Covid-19. Neste sentido, o documento recomenda que cada localidade estabeleça indicadores levando em consideração as seguintes diretrizes: evidência de controle da transmissão, capacidade de identificar, isolar e rastrear contatos para garantir a quarentena e evitar o surgimento de novos focos, que poderão causar novas ondas epidêmicas; disponibilidade de leitos hospitalares; adoção de medidas de contenção de surto em locais de alta vulnerabilidade (como residências coletivas, prisões, moradores de rua, etc.); estabelecimento de protocolos com medidas de controle, considerando distanciamento, higienização e etiqueta respiratória; monitoramento de riscos externos; e participação da sociedade nas tomadas de decisão.

De antemão, enfatizamos a necessidade da urgente discussão e articulação dos vários entes federativos para a implantação de mecanismos que possibilitem a identificação de novos casos e o rastreio de seus contatos com objetivo de barrar a expansão da doença e evitar novas ondas de contágio. Essa ação, acompanhada do atendimento dos demais critérios, minimizarão os riscos de contágio e permitirão a flexibilização das medidas de isolamento social.

A seguir, apresentamos a análise de alguns indicadores apontados no 1º Relatório do Subcomitê mencionado acima após o fechamento da 26ª semana epidemiológica (SE). Para tanto, utilizamos a divisão do estado por regiões de saúde, sendo que para a primeira região excluímos Maceió que foi analisada isoladamente por conta de sua concentração populacional. Adicionamos também uma análise considerando o todo o território alagoano.

1. Evidência de Controle de Transmissão

Como medidas da referida evidência, o referido comitê indicou as seguintes métricas: tendência decrescente do número de casos e óbitos notificados em pelo menos uma série temporal de 14 dias; e $R_t \leq 1$ por um período de 14 dias ou a razão da incidência nas duas SE subsequentes à avaliação é menor ou igual a 1.

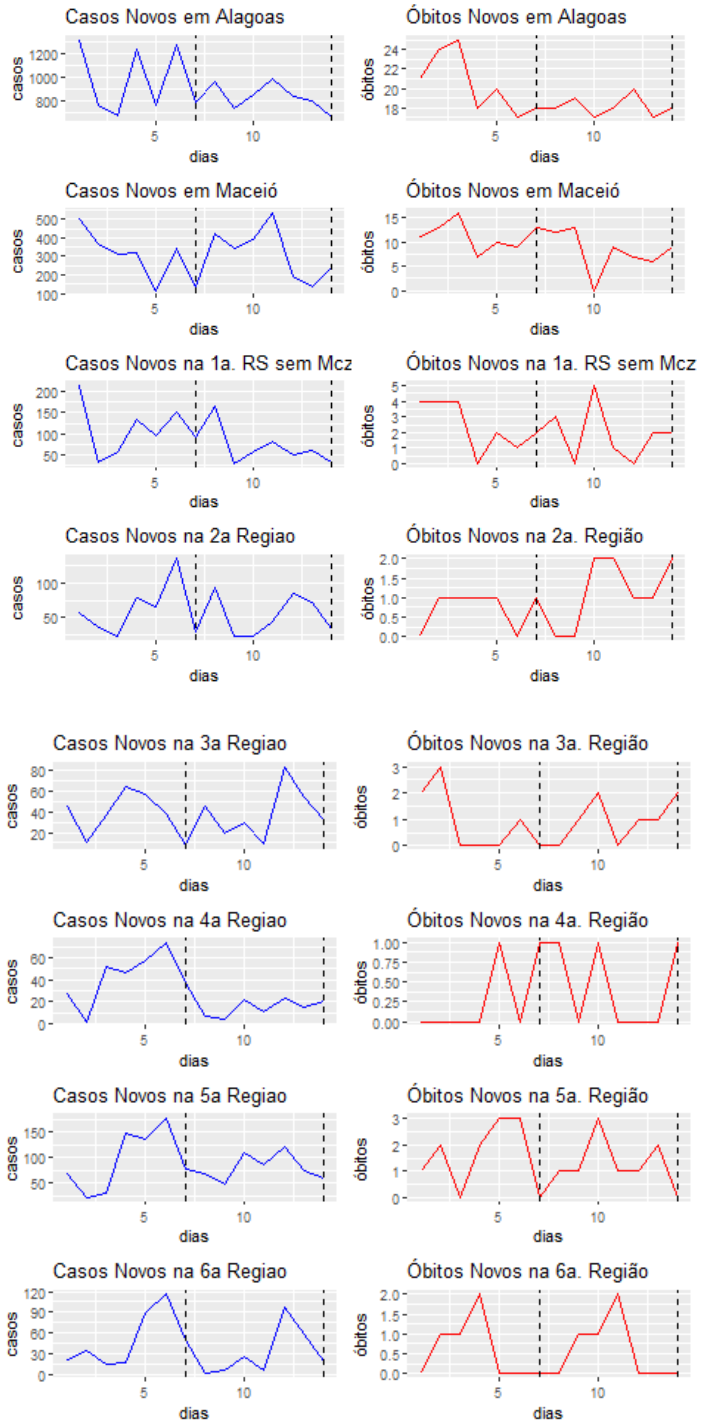
Quanto ao primeiro critério, a Figura 1 mostra que apesar de uma aparente diminuição em algumas regiões quando comparados os quantitativos nas semanas analisadas, nenhuma das localidades

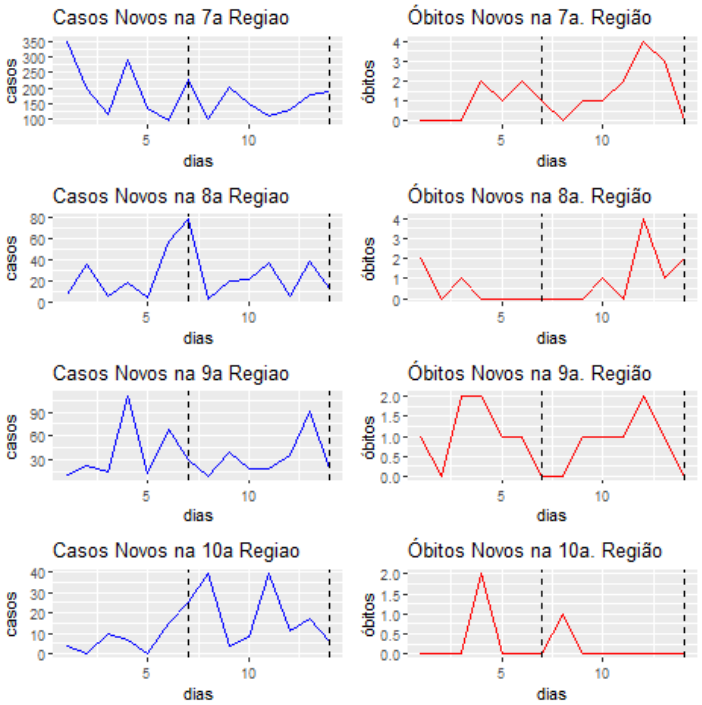
[1] Contato: observatoriocovid.fanut@gmail.com

[2] https://covid19br.org/main-site-covida/wp-content/uploads/2020/06/1o-Relatorio-Consorcio-Nordeste-Epidemiologistas-do-Nordeste-final.pdf

apresenta uma tendência decrescente como preconizado pelo subcomitê epidemiológico. No que tange o segundo indicador, as razões contidas na tabela 1 indicam que a taxa de transmissão no estado continua acima do aceitável para fins de controle da doença, onde apenas a 6ª região apresentou os quatro indicadores dentro dos limites definidos pelo C4NE, em que pese um aumento nas últimas semanas que deixaram essas razões no limiar do estabelecido.

Figura 1 – Notificações em cada uma das localidades selecionadas entre 14/06 e 27/06/2020





Fonte: Elaboração própria com dados do Painel Coronavírus[3]

Tabela 1 – Razão entre a Incidência de Casos e Óbitos notificados nas semanas epidemiológicas indicadas

	Casos		Óbitos	
Região	SE25/SE24	SE26/SE25	SE25/SE24	SE26/SE25
Alagoas	1,12	0,85	1,01	0,89
Maceió	0,93	1,07	1,07	0,71
1	0,89	0,61	0,81	0,76
2	1,04	0,88	0,42	1,60
3	0,68	1,06	0,86	1,17
4	1,33	0,35	0,50	1,50
5	1,21	0,87	1,22	0,82
6	0,93	0,62	1,00	1,00
7	1,94	0,75	1,00	1,83
8	2,67	0,66	3,00	2,67
9	1,71	0,86	7,00	0,86
10	1,97	2,03	2,00	0,50

Fonte: Elaboração própria com dados do Painel Coronavírus

2. Capacidade de Testagem

Como apontado no início deste documento, a capacidade de testagem é um fator essencial para o sucesso no controle da pandemia. Além de não permitir um controle de casos iniciais que, identificados, poderiam orientar o monitoramento de contatos e políticas de isolamento pontuais com o objetivo de evitar novos

[3] https://covid.saude.gov.br/

surtos, a escassez de testes podem também mascarar a realidade, distorcendo os índices utilizados nas tomadas de decisão, como os indicadores apresentados acima.

Neste contexto, levantamentos iniciais apontam para a necessidade da intensificação na política de testagem no estado com o objetivo de ampliar o quantitativo de testes RT-PCR e reduzir o tempo entre coleta e resultado, que atualmente é de cerca de 14 dias, em média.

3. Disponibilidade de leitos hospitalares

Por fim, além dos indicadores mencionados acima não apontarem para uma situação favorável quanto a possibilidade do relaxamento das medidas de isolamento social, uma outra métrica preocupante é a disponibilidade de leitos hospitalares. Neste quesito, o recomendado pelo aludido Subcomitê Científico é de que as medidas de flexibilização só sejam adotadas quando houver uma disponibilidade de pelo menos 30% dos leitos de uti disponíveis para o tratamento da Covid-19.

Considerando que esses leitos estão instalados em apenas seis municípios, estando 65% destes concentrados em Maceió, optamos por utilizar o índice de ocupação estadual para todo o território alagoano, já que na grande maioria dos municípios os doentes graves serão transferidos para um desses centros. Deste modo, considerando que o boletim de ocupação de leitos do dia 28/06[4] indicou uma ocupação de 85% dos leitos de uti do disponíveis para o tratamento de Covid-19, a disponibilidade atual de 15% está abaixo da recomendada pelo C4NE.

4. Conclusão:

A partir dos indicadores apresentados acima, concluímos que Alagoas ainda não apresenta condições seguras de iniciar a flexibilização das medidas de isolamento social implantadas pelos decretos estaduais a partir de segunda quinzena do mês de março para o enfrentamento da COVID-19.

Considerando a ausência de vacina e tratamento farmacológico entendemos que o isolamento social é a única saída para mudar o estágio atual e salvar vidas. Assim, recomendamos o fortalecimento das políticas de testagem a fim de orientar as ações descritas ao longo deste documento para o enfrentamento da doença, bem como a adoção de medidas de conscientização e o apoio à população para o efetivo cumprimento das medidas de isolamento.

Observatório Alagoano de Políticas Públicas para o Enfrentamento da Covid-19

Coordenação: Gabriel Soares Bádue (Fanut/UFAL)

Membros: Denisson da Silva Santos (UFMG), Flávio José Domingos (UFAL/ Santana do Ipanema), João Araújo Barros Neto (Fanut/UFAL), Jonas Augusto Cardoso da Silveira (Fanut/UFAL) e Nassib Bezerra Bueno (Fanut/UFAL)

[4] https://www.saude.al.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Ocupac%CC%A7a%CC%83o-Leitos-Covid-19-Regulac%CC%A7a%CC%83o-04.07.20-18h.pdf